



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002462-96.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Aprovação do Termo de Referência e autorização para contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE/RO (Fórum Eleitoral, Anexo III - Seção de Transportes e Prédio Sede), todos no município de Porto Velho.

DESPACHO Nº 335 / 2023 - PRES/DG/GABDG

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial (SEAP) com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE/RO (Fórum Eleitoral, Anexo III - Seção de Transportes e Prédio Sede), todos no município de Porto Velho, considerando que o atual contrato tem vigência até a data de **09/07/2023**, consoante Termo de Abertura ([0884120](#)).

2. Os autos foram instruídos com Documento de Formalização da Demanda ([0884121](#)), Estudo Técnico Preliminar ([0984570](#)), Análise de Riscos ([0984700](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Licitação ([0984571](#)), Termo de Referência n. 4/2023 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0990772](#)) com seus Anexos ([0984582](#), [0984590](#), [0984593](#), [0971988](#), [0984086](#), [0974134](#), [0983965](#), [0976502](#), [0984614](#), [0863808](#), [0986995](#), [0966880](#) e [0990770](#)). O Termo de Referência n. 4/2023-SEAP ([0990772](#)), contém detalhada especificação do objeto, justificativa, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

3. Em análise preliminar, a Seção de Apoio às Contratações - SAC concluiu que o Termo de Referência ([0990772](#)) - complementado pela pesquisa de preços e demais elementos do processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019, e ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

4. A contratação foi estimada em R\$ 2.171.907,40 (dois milhões, cento e setenta e um mil novecentos e sete reais e quarenta centavos), conforme detalhamento contido na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, juntada no evento [0984571](#).

5. A Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 63/2023 ([0993132](#)), em que opinou pela possibilidade da aplicação dos regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 a esta contratação, de acordo com a Portaria SEGES/MGI Nº 720, de 15 de março de 2023, com as adequações determinadas pelo Acórdão TCU nº 507/2023-Plenário, na forma apontada na Seção 3.1 do parecer; verificou que o Termo de Referência n. 4/2023 - SEAP ([0990772](#)) parece conter, em sua forma, os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19, motivo pelo qual pode ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação. Além disso, opinou pela: autorização da contratação pretendida por meio de pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço para o lote único, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, sendo inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's; divulgação do valor estimado da contratação, pois restringir sua divulgação poderá vir a resultar em licitação frustrada; aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no capítulo 2 do TR e apontados na Seção 3.6 daquele parecer.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Por sua vez, a SAOFC, considerando a necessidade da contratação e a conclusão da análise da assessoria jurídica, manifestou-se pela: aprovação do Termo de Referência n. 4/2023-SEAP ([0990772](#)); autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, tipo menor preço para o lote único; inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, pois o valor total estimado da contratação pretendida excede o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015; divulgação do valor estimado da contratação, pois restringir sua divulgação poderá vir a resultar em licitação frustrada, conforme motivos enfatizados no Parecer da Assessoria Jurídica ([0993132](#)); aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 2 do TR ([0990772](#)) e Seção 3.6. do Parecer Jurídico n. 63/2023 ([0993132](#)) - Manifestação n. 161/2023 (evento [0993476](#)).

7. Assim, vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral, em especial sobre o regime jurídico de regência da contratação pretendida - regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133/2021.

8. Inicialmente, necessário esclarecer que, embora tenha sido publicada a Lei nº 14.133, em 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com 193 permite a utilização da Lei n. 8.666/93 por dois anos após a publicação da referida lei, momento este em que ocorrerá a revogação daquela norma (1º/04/2023).

9. Aproximando-se o marco final de vigência das antigas legislações de licitações e contratos administrativos, faz-se necessário abordar a questão relativa à aplicabilidade do novo regime jurídico, trazido pela nova lei de licitações, mais especificamente ao prazo das regras de transição entre a Lei n. 8.666/1993 e a Lei n. 14.133/2021.

10. No que diz respeito a matéria, tem-se que, considerando a jurisprudência do TCU (**Acórdão nº 507/2023-Plenário**), para validade do processamento dos processos licitatórios e de contratação direta sob a égide da legislação pretérita, deve haver a conjugação de dois requisitos, quais sejam: “opção por licitar ou contratar” até 31/03/2023 e publicação do edital materializada até 31/12/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Analisando o presente feito, apura-se que o mesmo já se encontra instaurado desde 24/08/2022 ([0884120](#)), já havendo expressa opção por licitar adotando os regimes da legislação pretérita (Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002) conforme se observa da leitura de todos os documentos constantes da etapa de planejamento (Documento de Formalização da Demanda - [0884121](#), ETP - [0984570](#) e TR - [0990772](#)), de modo que, todos são anteriores a 31/03/2023. Portanto, válido se mostra o impulso da tramitação do presente feito na forma como proposta, observando-se, todavia, o segundo requisito de publicação do edital dentro do prazo máximo previsto pelo Corte de Contas.

12. Dessa feita, não há óbice para que a contratação sob análise, tramite e seja concluída com fulcro na legislação pretérita, nos termos da decisão supra do c. TCU e § 2º, do artigo 37 da IN n. 9/2022 deste Tribunal.

13. Dando continuidade à análise, dos autos se extrai a comprovada **necessidade da contratação** pleiteada, em razão do valor estimado da contratação (R\$ 2.171.907,40) extrapolar a situação de dispensa legal e por se tratar de serviço definido como comum pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado no procedimento deste Tribunal através da Portaria TRE-RO nº 143/2005, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).

14. O edital de licitação, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a contratação do objeto pretendido, o qual deverá ser dar pelo **menor preço global para o lote único**, conforme os critérios de aceitação da proposta padronizados no edital do futuro certame.

15. Com relação ao **agrupamento dos serviços** em lote único, nenhum reparo a fazer, tendo em vista a unicidade dos serviços, qual seja, prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE/RO localizados no município de Porto Velho por lote, em razão de maior viabilidade do ponto de vista operacional, técnico e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

econômico à Administração em atenção ao princípio da economicidade visando o atendimento do interesse público, conforme bem pontuado no subitem 3.3 do TR juntado ao evento n. [0990772](#).

16. No presente caso, é inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista que o valor estimado supera os limites delineados pelo art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta a Lei Complementar n. 123/06.

17. Quanto à sustentabilidade, o TR no item 2.4, elenca requisitos sociais e ambientais exigidos nos termos da legislação aplicável às contratações públicas a serem cumpridos pela futura prestadora dos serviços, de modo que resta aplicada ao certame ([0990772](#)).

18. Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação, tendo em vista que serviços de limpeza e conservação são necessários ao perfeito andamento dos serviços-fim deste Tribunal e suas zonas eleitorais, uma vez que seu quadro de servidores não contempla profissionais que desenvolvam essas atividades. Atualmente está em vigor o Contrato n. 11/2018, firmado com a empresa **E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA**, oriundo do Pregão Eletrônico n. 20/2018 (Processo SEI n. [0000010-55.2018.6.22.8000](#)), cuja vigência será até 09/07/2023, impondo à Administração a realização de novo procedimento licitatório para nova contratação.

19. Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação pretendida para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) autorizo a aplicação dos regimes jurídicos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002 nos termos do Acórdão TCU n. 507/2023-Plenário, observando o prazo-limite para publicação do edital até a data de 31/12/2023;

b) por economicidade, autorizo a SAOFC à aplicação do regime jurídico adotado na presente contratação, estendendo o comando dos itens 8 a 12 deste despacho, em contratações que cumpram o referido cronograma, nos termos do Acórdão TCU n. 507/2023-Plenário e § 2º do artigo 37 da IN n. 9/2022 deste Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) aprovo o ETP ([0984570](#)) e o Termo de Referência n. 4/2023 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0990772](#)) com a alteração de redação descrita na Informação n. 70/2023-SEAP ([0994351](#)), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#), em atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento;
- d) aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva ([0984571](#)), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 106/2022) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;
- e) autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço para o lote único, com fundamento do [art. 1º, §1º do Decreto nº. 10.024/2019](#), combinado com [art. 1º da Lei nº. 10.520/2002](#);
- f) determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com amparo no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, que regulamentou a LC n. 123/2006, alterada pela LC n. 147/2014, uma vez que o valor estimado para a contratação ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) fixado no referido decreto;
- g) determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, com fulcro na Resolução CNJ n. 400/2021, conforme exposto no item 2.4 do TR; e
- h) determino a divulgação dos valores estimados para a contratação, na busca da proposta mais vantajosa, não tendo incidência, portanto, da regra restritiva disciplinada no [art. 15 do Decreto n. 10.024/2019](#);
- i) determino à SAOFC e equipe de planejamento da contratação, instituída na forma da Portaria n. 259/2022 – PRES/DG/GABDG ([0884123](#) e [0887228](#)), que atendem para a necessidade de acompanhamento e assinatura dos atos por ela elaborados, no mínimo, pela maioria dos membros daquele coletivo, de modo a atender a orientação constante do item 51 do Parecer Jurídico n. 63/2023 ([0993132](#)).

À AJSAOF para conhecimento, em especial do constante da alínea "b" do item 19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para a continuidade do feito com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/03/2023, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0994020** e o código CRC **929F1F90**.

0002462-96.2022.6.22.8000

0994020v34



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002462-96.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 11/2023 – Contratação de **serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE-RO** - Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede - todos no município de Porto Velho.

DESPACHO Nº 677 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial (SEAP), visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, **sem fornecimento de material**, para os edifícios da Justiça Eleitoral localizados na cidade de Porto Velho/RO, para o período de 30 (trinta) meses ([0884120](#)).

Após a publicação do edital do certame, houve um pedido de esclarecimento elaborado pela empresa **AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que versava sobre a utilização de preços máximos e mínimos para o recebimento das propostas, declarado intempestivo pelo Pregoeiro ([1004424](#)). Não houve impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: Relatório de propostas ([1005438](#)); Propostas das licitantes - **GOLDEN CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34 ([1005462](#)), **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11 ([1005466/1005468](#)), **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05 ([1009006/1009031](#)) e **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ 13.993.675/0001-20 ([1010717/1010720](#)); documentos de habilitação da empresa que teve sua proposta aceita juntados aos eventos n. [1010756](#) e [1010760](#); Ata do certame ([1013900](#)), o Resultado por Fornecedor ([1015531](#)), o Termo de Adjudicação ([1015529](#)) e a publicação do Resultado de Licitação ([1015985](#)). Por fim, juntou o Relatório n. 34/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1015584](#)), expondo as principais ocorrências do certame.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cumpridas as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a proposta da licitante **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ 13.993.675/0001-20, no valor R\$ 1.869.997,90 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

A empresa E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA registrou intenção de recurso ([1013902](#)), declarado deserto pelo pregoeiro em razão de no haver elementos mínimo para sua análise, bem como em razão da desistência da própria empresa recorrente ao reconhecer que a proposta e os documentos de habilitação foram diligentemente analisados e que cumprem ao edital (evento n. [1013903](#)). Prosseguindo com os trâmites, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora ([1015529](#)).

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1015529](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 opinando, ainda, pela regularidade da recusa da proposta da licitante GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, pela abertura de procedimento administrativo para apuração da conduta das empresas APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI - CNPJ 05.332.859/0001-11 e MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA - CNPJ 04.236.031/0001-05 ([1016082](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 11/2023 ([1013900](#)).

Da análise dos autos verifica-se a regularidade da tramitação das fases preparatória, de divulgação do edital e apresentação das propostas e lances, contudo, na fase de julgamento, mais especificamente na subfase da aceitação/negociação das propostas verificou-se a ocorrência de incidentes envolvendo as licitantes **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI e MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** que tiveram suas propostas recusadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Analisando individualmente os motivos da recusa de cada proposta, verifica-se que em relação a licitante **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34, irretocável se mostra a decisão do pregoeiro ao recusá-la considerando a justificativa da ocorrência de erro material pela licitante que registrou valores completamente divergentes no sistema compras net (R\$ 1.5000,00 - [1005438](#)) do constante do anexo de sua proposta (R\$ **55.000.000,00** - [1005462](#)), tendo em vista que tal ocorrência não alterou e nem acarretou prejuízo ao desfecho do certame e a seus participantes, entendimento, também dispendido pela setor jurídico deste Tribunal conforme registrado na letra fl do item 8 do parecer juntado ao evento n. 1016082.

Com relação a proposta ofertada pela licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, o que se extrai dos autos é que a mesma solicitou a desclassificação de sua proposta tendo em vista equívoco em seu dimensionamento, mais precisamente em razão da possibilidade futura de desenquadramento do simples nacional.

Novamente acertada a conduta do pregoeiro em recusar a proposta prestigiando a segurança da contratação, zelando pela celebração de um contrato firme entre as partes com previsão de execução sem incidentes.

Contudo, justificativas de cunho particular da licitante, bem assim, as que deu causa, não tem o condão de sobrepor o compromisso assumido junto a Administração Pública ao ofertar uma proposta em um certame licitatório, uma vez que é previamente conhecedora de todas as regras do edital e que a formulação de propostas é de sua inteira responsabilidade e a elas ficam vinculadas.

Diga-se isso, porque o que se verifica é que a licitante considerou aspecto restritos as suas vantagens pessoais para desistência de sua proposta ao verificar que dimensionou seus tributos pelo regime do simples nacional, quando eventualmente haveria a possibilidade de seu desenquadramento posterior a esse regime, o que levaria ao recolhimento majorado de seus tributos e, conseqüentemente, prejuízo considerando a proposta ofertada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme apontamentos da AJSAOFC extraídos da legislação que rege a matéria há eventual consequências jurídicas para tal a conduta da licitante que não mantiver sua proposta, assumindo como firmes e verdadeiras suas declarações, como se verifica no caso concreto, a serem apuradas em procedimento próprio.

Sendo assim, preliminarmente, não se apura a comprovação de justo motivo a respaldar a desistência da proposta apresentada pela licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, de modo que, nos termos como dispostos nos itens 5.1.2 c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, deve-se proceder a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de eventuais penalidades.

No que diz respeito a licitante **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, verifica-se que esta teve sua proposta recusada em razão de não haver se enquadrado no status de micro empresa ou empresa de pequeno porte conforme inicialmente declarado no certame.

Houve recusa de sua proposta foi recusa porque, de acordo com a LC n. 123/2006, para fins de gozo dos benefícios para ME/EPP em processo licitatório, a empresa licitante não pode auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao R\$ 4.800.000,00, ao passo que constatou-se que a licitante obteve receita bruta no valor R\$ 6.431.319,13 no exercício de 2022, cifra que ultrapassa o limite previsto na lei, logo não devia se declarar ME/EPP como expressamente o fez na página 10 do evento 1009070.

Em que pese a referida licitante não ter obtido diretamente o benefício com a declaração de ser ME/EPP, em razão do critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06), tal fato influenciou no resultado do da colocação das demais licitantes no certame.

E, como bem apontado pela AJSAOFC em seu parecer jurídico, a conduta da licitante ao apresentar declaração divergente da realidade pode ser tipificada como fraude ao certame nos termos da jurisprudência da Corte de Contas, tendo em vista afrontar as regras da LC n. 123/2006, sendo capaz de ferir a lisura e a isonomia que regem a disputa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dessa forma, não se verificando previamente nos autos a ocorrência de erro justificável para o fato, bem como apurada o prejuízo ao andamento do certame licitatório, deve-se, com fundamento nos itens 4.5, "b" d "c" c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, operacionalizar-se a abertura de processo administrativo para apuração da conduta da licitante.

Feitos os registros acima, com os comandos expressos para cada caso, analisando os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado ([1016082](#)), constata-se na condução de todo o procedimento licitatório foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Assim, embora tenha registro das ocorrências na fase de negociação/aceitação do certame, observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([1013900](#)).

Por fim, é importante registrar a necessidade de, na fase de planejamento das contratações, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC adote como rotina a atuação conjunta com a Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade - ASSESUA, considerando a obrigação de cumprimento das medidas sustentáveis, reduzindo os impactos ambientais, além de possibilitar a tomada de decisões que beneficie e atenda todas as necessidades da Administração.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 11/2023**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação (1015529).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Determino a abertura de processos administrativos para apuração das condutas das licitantes **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11 e **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, observando-se as regras dos artigos 53 e seguintes da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para dar continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/06/2023, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1022342** e o código CRC **CA82853B**.